



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Parecer n.º 12 de 06 de novembro de 2025.

Projeto de Lei n.º 73/2025 de 1º de setembro de 2025.

Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria da Vereadora Aline Moreira Silva Melo, *“Dispõe sobre as diretrizes para o modelo oficial da Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia - CIPF, no âmbito do Município de Ubá”*.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 45-A do Regimento Interno que relata:

“Art. 45-A. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência a manifestar-se, dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

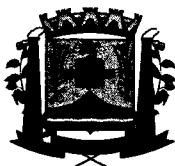
I – Acompanhamento da implementação das políticas de integração social da pessoa com deficiência, em especial as políticas de acessibilidade;

II – Fiscalização dos programas governamentais relativos aos direitos da pessoa com deficiência;

III – Recepção, avaliação e investigação de denúncias relativas à violação dos direitos da pessoa com deficiência;

IV – Divulgação de assuntos relacionados à defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

V – Promoção da inclusão social e proteção das famílias atípicas de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), oferecendo apoio a serviços, tratamentos e inclusão social”.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundamentação

Na Constituição Federativa de 1988, descreve no seu artigo 30, inciso I, que:

“Art. 30 Compete aos municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)”

De acordo com o art.1º do Projeto de Lei nº 73/2025, a proposta seria a de criar as diretrizes necessárias para um modelo oficial da Carteira de Identificação da pessoa com Fibromialgia (CIPF). O objetivo desta carteira seria o de comprovar a condição de saúde do portador para fins de atendimento preferencial e demais direitos previstos em lei municipal. A Carteirinha será na cor ROXA e este relator destaca **alguns pontos mencionados no art. 2º referentes as obrigatoriedades que precisarão conter na CIPF:**

I – nome completo do titular;

II – número do documento de identidade e CPF;

III – foto 3x4 atualizada do titular;

IV – número de registro da carteira;

V – prazo de validade;

VI – identificação do órgão responsável pela emissão;

VII – menção expressa à Lei Municipal que garante o atendimento preferencial às pessoas com fibromialgia.

Buscando se tornar ainda mais atualizada, a CIPF poderá ter elementos de segurança e autenticidade, tais como QR Code, Holografia, Assinatura Digital ou outros meios equivalentes.

Este relator destaca, agora, alguns pontos dos quais acha pertinente:

- Com a criação da carteirinha, existirá um reconhecimento oficial da condição porque a CIPF representa o reconhecimento da fibromialgia como uma condição de saúde que necessita de atenção diferenciada e políticas públicas específicas.

- Outro ponto na visão deste relator é que esta carteira garantiria os direitos pois possibilita que pessoas com fibromialgia tenham maior facilidade no acesso a benefícios, serviços e direitos previstos em lei, como atendimento preferencial em repartições públicas e privadas.

Rua Santa Cruz, N°. 301, Centro. CEP: 36.500-059

Telefax: (32) 3539-5000



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

- Por fim, outro ponto importante seria relacionado a padronização do documento, já que com um modelo oficial da CIPF isso traria mais segurança jurídica e evitaria fraudes, assegurando que todos os portadores tenham o mesmo tipo de identificação, com validade em todo o território municipal.

Conclusão

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei n.º 73/2025.

Ubá, 06 de novembro de 2025.



JOSÉ ROBERTO REIS FILGUEIRAS
RELATOR

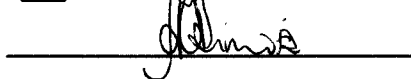
Manifestação da Comissão:

- ☒ Favorável
☐ Favorável com restrições
☐ Contrário



Vereador

- ☒ Favorável
☐ Favorável com restrições
☐ Contrário



Vereador